

ELEIÇÕES

UM leitor me pergunta se sou a favor do voto dos analfabetos, e confesso que não sei bem o que responder. Há um argumento a favor desse voto: o analfabeto trabalha e paga imposto, logo ele tem direito de dar o seu palpite. Há um argumento contra — usado, creio, pelo deputado Aliomar Baleeiro — também forte; é o de que a exigência da lei atual é um estímulo à alfabetização. Os coronéis do interior, sabendo que o cidadão tem de provar saber ler e escrever para poder votar, fará tudo para lhe dar esse mínimo de instrução. Na cidade já vimos uma forte campanha de alfabetização feita pelo Partido Comunista para alistar eleitores.

É claro que a simples exigência de assinar o nome não basta para que haja tal estímulo. Nós todos já assistimos esse espetáculo penoso e deprimente que é o eleitor iletrado suando para desenhar o próprio nome.

Sempre que puder votar, o alfabeto votará de acordo com algum cabo eleitoral. Este pode ser de qualquer partido, desde a extrema esquerda à extrema direita, de maneira que pode acontecer que, aumentando tremendamente o número de votantes, esse voto não altere muito o resultado do pleito. Também se pode prever um aumento da demagogia falada, discursada e irradiada; mas ela já é tão grande que não tem muito por onde aumentar. De qualquer modo me parece que, com o aumento constante das cidades, o voto dos analfabetos viria, dentro de algum tempo, beneficiar mais os partidos populistas que os de clientela rural.

De todas as soluções, a que me parece mais velha é essa de exigir apenas o jamegão. Se a Constituição diz que o analfabeto não tem direito de voto é claro que não podemos admitir o eleitor que prove apenas saber desenhar toscamente o nome. Ou incorporamos o analfabeto à massa eleitoral, através de uma reforma da Constituição, ou exigimos do eleitor uma prova um pouco mais satisfatória de sua instrução.

Há outra solução, em que muita gente está de olho: no lugar de chamar as turbas a votar, os senhores deputados e senadores as dispensam dessa trabalhadeira e votam eles mesmos uma renovação geral de mandatos, com a vantagem de um novo cadilaque para uma nova legislatura. Eis algo de realista. Creio que funcionará bem. Pelo menos até que apareça alguém um pouquinho mais realista e dispense também o trabalho cívico dos senhores parlamentares e de outros «intermediários entre o governo e o povo».

Entraremos em novo regime de felicidade geral; e, na ambição de lançar uma frase histórica, proponho que nesse caso, e em homenagem ao tradicional eleitor do jamegão, se proclame a nova República com um princípio fundamental: «escreveu, não leu, o pau comeu».